

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente na área de Política e Planejamento Econômico, na disciplina CE-853 Economia do Setor Público, do Departamento de Política e História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

INSTRUÇÕES

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas, pelo prazo de 30 dias a contar da publicação deste Edital, de segunda à sexta-feira, das nove (09:00) às dezessete (17:00) horas, na quatorze (14), do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas, na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo, Campinas, SP.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição, nos termos do Artigo 172 do Regimento Geral da UNICAMP.

1.2. O registro da solicitação da inscrição será feito mediante apresentação, pelo candidato, de requerimento dirigido ao Diretor da Unidade, indicando: nome, domicílio e profissão, fazendo-o acompanhar dos seguintes documentos:

a. Diploma de Curso Superior, que inclua a matéria da disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso ou afim;

b. Título de Doutor;

c. Cédula de Identidade;

d. Oito (08) exemplares de Tese ou do Conjunto da Produção Científica, Artística ou Humanística do candidato após seu doutoramento e por ele apresentado de forma a evidenciar a sua contribuição nos campos da ciência, das artes ou humanidades;

e. Um (01) exemplar de cada trabalho ou documento relacionado no Memorial.

f. Oito (08) exemplares do Memorial, impresso, contendo tudo o que se relacione com a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, principalmente as atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso, a saber:

f.1. Indicação pormenorizada de sua educação secundária, precisando épocas, locais e instituições em que estudou, se possível menção de notas, prêmios ou outras distinções obtidas;

f.2. Descrição minuciosa de seus estudos superiores, com indicação das épocas e locais em que foram realizados, e relação de notas obtidas;

f.3. Indicação dos locais em que exerceu sua profissão, em seqüência cronológica, desde a conclusão dos estudos superiores até a data da inscrição ao Concurso;

f.4. Indicação pormenorizada de sua formação científica ou artística;

f.5. Relatório de toda sua atividade científica, artística, técnica, cultural e didática, relacionada com a área em Concurso, principalmente a desenvolvida na criação, organização, orientação e desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa;

f.6. Relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos;

f.7. Relação nominal dos títulos universitários relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso, bem como outros diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.

1.3. Todas as informações serão, obrigatoriamente, documentadas por certidões ou por outros documentos, a juízo da Congregação da Unidade.

1.4. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.

1.5. Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5(cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos:

II. Prova Didática;

III. Prova de Defesa de Tese ou avaliação do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento e por ele apresentado de forma a evidenciar a sua contribuição nos campos da ciência, das artes ou humanidades.

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas qualidades como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

a. Atividades didáticas de orientação, de ensino e pesquisa;

b. Atividades científicas, artísticas, culturais e técnicas relacionadas com a matéria em concurso;

c. Títulos universitários; e

d. Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas.

3.2. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

3.2.1. A matéria para a prova didática será sorteada na presença de, no mínimo, 3 membros da Comissão Julgadora, com 24 horas de antecedência, de uma lista de 10 pontos organizada pela referida Comissão.

3.2.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

3.3. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.3.1. A arguição será feita pela Comissão Julgadora, cabendo a cada examinador 30 minutos e igual prazo ao candidato para responder. A critério do candidato, poderá haver diálogo e neste caso, os tempos serão somados.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à homologação da Congregação da Unidade, instância final de mérito para deliberação.

V - DA DIVULGAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO JULGADORA

5. O parecer final da Comissão Julgadora, homologado pela Congregação do Instituto de Economia, será publicado no DOE.

VI - DO RECURSO

6. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VII – DA LEGISLAÇÃO

7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-05/2003 e Deliberação CONSU A-12/2008 que estabelece o perfil de Professor Associado MS-5 do Instituto de Economia.

PROGRAMA

1. Papel do Estado nas economias capitalistas

- Chang, Ha-Joon, caps. 1 e 2
- Hinrich, H, Teoria Geral da Mudança na Estrutura Tributária Durante o Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, MF/SRF,
- Riani. F. (1994), cap. 2
- Rezende. F (2001), cap. 1
- Giambiagi, F. & Além, A. (2000), cap. 1 (exceto p. 36-51)

2. Sistema tributário: conceitos básicos e modalidades de tributos

2.1 Conceitos básicos: princípios gerais, incidência tributária e natureza de impostos

- Rezende, F. (2001), caps. 7 e 8
- Giambiagi, F. & Além, A. (2000), cap. 1, p. 36-51

2.2 Modalidades de tributos: tributos diretos e indiretos

- Rezende, F. (2001) caps. 9, 10, 11, 12, 13
- Araujo, E.A (2000)

2.3. Carga tributária

- Varsano, R. et alii (1998)
- Magalhães, L. et alii (2001)
- www.joserobertoafonso.ecn.br
- Afonso, J.R.R et. alii. (2006)
- IPEA (2009)

2.4. Evolução do sistema tributário brasileiro

- Oliveira, F. A. (1995) caps. 4 e 5
- Oliveira, 2006
- Biasoto Jr. G. (1995) cap.2
- Rezende, F. (2001), cap. 14
- Varsano, R. (1997)
- Afonso, J.R.R et. alii. (2006)
- Biasoto (1996); 2006

3. Política Fiscal

3.1. Algumas questões teóricas selecionadas

- Giavazzi & Pagano (1990 e 1995)
- Arestis & Sawyer (2003)

3.2. Política Fiscal no Brasil: o crescimento acelerado

- As Reformas de 64 e a construção das condições de financiamento público
- A articulação com a economia internacional e a expansão da dívida externa
- Silva, A.M. (1979) pg. 29/57
- Oliveira, F.A (1991)

3.3. Política Fiscal no Brasil: a crise dos anos 80 e as finanças públicas

- Crise da Dívida e o Impacto sobre as Finanças Públicas
- A crise fiscal nos anos 80
- Davidoff Cruz, p. (1985)
- Oliveira, F.A. (1990) “
- Belluzzo, L.G. (1988).
- Cavalcanti, C. B. (1988)

3.4. Política Fiscal no Brasil: a economia dos anos 90 e o novo regime fiscal

- Guardia, E.R. (1999)
- Guardia, E.R. (2004).

3.5. Política Fiscal no Brasil: a evolução das finanças públicas no período recente

- Política Fiscal Recente
- Articulação câmbio, juros e dívida pública
- Boletins de Conjuntura IPEA - Finanças Públicas www.ipea.gov.br
- Giambiagi, F. (2006)
- IE-Unicamp / Cecon Política Econômica em Foco 1 a 7 – parte referente às Finanças Públicas.
- Velloso (2002)
- Velloso, R. (2000)
- Resende, F (2009)
- Afonso, J.R.R. e CASTRO, K. (2009)
- Mendes (org., 2006), caps. 4 e 10

4. A dinâmica da estrutura de gasto público

- Santos, C. H.& gentil, D.L. 2009
- Velloso, R. (2006)

5. Federalismo Fiscal: transferências intergovernamentais e descentralização Fiscal

- Prado, S. (coord.) (1998) pg. 6-46
- Prado, S. 2006
- Affonso, R.B. A. (1997)
- Afonso, J.R.R. (1994)
- Affonso, R.B. (1995)

6. Déficit e dívida pública: conceitos, questões teóricas e evolução recente

- Blanchard, O. (2004). **Macroeconomia**. Rio de Janeiro, Campus, 5ª. edição cap.26
- Goldfajn, I. (2002)
- Goldfajn, I. & guardia, E.R. (2003)

Rezende, F. (2001), cap. 15
Giambiagi, F. & Além, A C. (2000), cap. 2

Banco Central do Brasil (1999)

Goldfajn, I. e Guardia E.R. (2002)

Loureiro, A.S. & Barbosa, F.H. (2003)

Goldfajn, I. & Guardia, E.R. (2003)

www.joserobertoafonso.ecn.br

7. Discussões recentes sobre economia do setor público e finanças públicas

- Temas e bibliografia a definir

BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, R.B. (1995) A Federação no Brasil: impasses e perspectivas. In: **A Federação em Perspectiva: Ensaios Selecionados**. (org) Rui de Brito Affonso & Pedro L.B. Silva. São Paulo: FUNDAP.

AFFONSO, R.B. (1997) **Os Estados e a Descentralização no Brasil**, CEPAL, Série Política Fiscal n.93, Santiago do Chile.

AFONSO, J.R.: www.joserobertoafonso.ecn.br

AFONSO, J.R.R. (1994) "Descentralização Fiscal: Revendo Idéias", **mimeo**.

AFONSO, J.R.R. e CASTRO, K. (2009) Política Fiscal pós LRF e pós Crise: a inversão dos papéis na Federação. Nota Técnica mimeo.

AFONSO, J.R.R et. alii. (2006) **A verdadeira carga pesada: a tributação no Brasil** Rio Estudos n.207 Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

ALMEIDA, A.O. (1997) **O Déficit e Endividamento Estadual (1990-1995)** Campinas: IE/Unicamp. Dissertação de Mestrado

ARAÚJO, E.A. (2000), O famoso IVA, esse desconhecido. *Informe-se n. 5BNDES* (http://www.bndes.gov.br/conhecimento/informeSF/inf_5.pdf)

ARVATE, P. e BIDERMAN, C. (orgs., 2004) Economia do Setor Público no Brasil, Rio de Janeiro: Elsevier, 4ª. Reimpressão

BANCO CENTRAL (1999) *Dívida Líquida e Necessidade de Financiamento do Setor Público*.

BELLUZZO, L.G. (1988). Financiamento externo e déficit público. São Paulo : IESP/FUNDAP. Texto para discussão n.15.

BIASOTO Jr, G. O sistema tributário brasileiro: uma trajetória de fragmentação. In: PINTO, M.P.A; BIASOTO Jr. G. (orgs) (orgs) *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil*. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp. 2006

BIASOTO Jr., G. (1995) A Questão Fiscal no Contexto da Crise do Pacto Desenvolvimentista. Campinas. IE/Unicamp. Tese de Doutorado

BIASOTO Jr., G. (1995) A Questão Fiscal no Contexto da Crise do Pacto Desenvolvimentista. Campinas, IE/Tese de Doutorado

Boletins de Conjuntura IPEA - Finanças Públicas www.ipea.gov.br

- CAVALCANTI, C. B. (1988) Transferência de Recursos ao Exterior e substituição de Dívida Externa por Dívida Interna, R.J. BNDES, 12º Prêmio BNDES de Economia
- CHANG, H-J. (1996) **El Papel del Estado en el Cambio Económico**, Editorial Planeta de México.
- DAVIDOFF CRUZ, P. (1985) "Endividamento Externo e Transferência de Recursos Reais ao Exterior: Os Setores Público e Privado na Crise dos Anos Oitenta" in: **Nova Economia** UFMG/FACE, vol. 5.nº 1 Ago.
- GIAMBIAGI, F. & ALÉM, A. (2000) Finanças Públicas – teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2ª. Edição
- GIAMBIAGI, F. (1997) Necessidades de Financiamento do Setor Público: Bases para a Discussão do Ajuste Fiscal no Brasil - 1991/96 **Texto para Discussão n.53 BNDES**, Rio de Janeiro.
- GIAMBIAGI, F. (2006) "A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: Qual o limite para o aumento do gasto público?". IPEA- Texto para discussão nº 1169
- GOLDFAJN, I. & GUARDIA, E.R. (2003) Regras Fiscais e Sustentabilidade da Dívida no Brasil *Notas Técnicas do Banco Central* no. 39. (<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/port/2003nt39RegraFiscSustentDivBrasilp.pdf>)
- GOLDFAJN, I. (2002) Há Razões para Duvidar que a Dívida Pública no Brasil é Sustentável? *Notas Técnicas do Banco Central* no. 25. (<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2002nt25fiscalsustainabilityp.pdf>)
- GUARDIA, E. (1997) "O Processo Orçamentário do Governo Federal: Considerações sobre o Novo Arcabouço Institucional e a Experiência Recente" in: Arno Meyer (org) **Finanças Públicas Ensaios Selecionados**. São Paulo. Fundap
- GUARDIA, E.R. (1999) **O Regime Fiscal Brasileiro**. Tese (Doutoramento) USP. São Paulo
- GUARDIA, E.R. (2004) As Razões do Ajuste Fiscal in: GIAMBIAGI, F. ; REIS, J.G.; URANI, A. (orgs). **Reformas no Brasil : balanço e agenda**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2004.
- HINRICH, H. (1972), Teoria Geral da Mudança na Estrutura Tributária Durante o Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, MF/SRF,
- HYMAN, D. (1990) **Public Finance** A Contemporary Application of Theory to Policy, 3rd ed.
- IE-UNICAMP / CECON (2003 a 2006) Política Econômica em foco 1a 7 – parte referente às Finanças Públicas (http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim_cecon.asp)
- IPEA (2009) - **Carga Tributária Líquida e Efetiva Capacidade do Gasto Público no Brasil** – Comunicado da Presidência n.23
- LOPREATO, F. L. (2006) Política Fiscal: mudanças e perspectivas in: Carneiro, R. (org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo - SP: Editora Unesp, 2006, v. , p. 207-229.
- LOUREIRO, A. S. & BARBOSA, F. H. (2003) Dívida Pública e Prêmio de Risco dos Títulos Públicos no Brasil. *Notas Técnicas do Banco Central* no. 42.

(http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2003nt42DividaPubPremioRisco_TPBp.pdf)

- OLIVEIRA, F. A lógica das reformas: a evolução do sistema tributário (1966-2002) In: PINTO, M.P.A; BIASOTO Jr. G. (orgs) *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil*. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp. 2006
- OLIVEIRA, F.A (1991) a Reforma Tributária de 1966 e a Acumulação de Capital no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros
- OLIVEIRA, F.A (1995) Crise, Reforma e Desordem do Sistema Tributário Nacional. Campinas: Editora da Unicamp
- OLIVEIRA, F.A. (1990) "Política Fiscal e Política Monetária no Brasil: o estrangulamento imposto pela dívida". In: **Nova Economia** UFMG/FACE, vol 1.nº 1 Ago
- PRADO, S. (coord.) (1998) **Análise do Sistema de Partilha de Recursos na Federação Brasileira**, São Paulo, Fundap
- PRADO, S. Transferências fiscais no Brasil: o lado "esquecido" da reforma tributária. In: PINTO, M.P.A; BIASOTO Jr. G. (orgs) *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil*. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp. 2006
- QUADROS, W.L de. **O ICMS e A Tributação Sobre o Valor Agregado: Uma Análise da Sistemática da Tributação sobre o Consumo no Brasil**. Campinas, 1994 (Dissert. de Mestrado) Cap 2 e item 3.1
- RESENDE, F (2009) **A Reforma Orçamentária e a Eficiência Fiscal** IPEA TD 1392
- RESENDE, F. & CUNHA, A. (orgs., 2002) Contribuintes e cidadãos: compreendendo o orçamento federal. Rio de Janeiro, Editora FGV
- RESENDE, F. (2001) Finanças Públicas. São Paulo: Editora Atlas, 2ª. Edição
- SANTOS, C. H.& GENTIL, D.L. A CF/88 e as finanças públicas brasileiras In: Cardoso Jr. J.C. (org) A Constituição Brasileira de 1988 Revisitada: Recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social. Brasília: IPEA, 2009 vol 1.
- SENADO FEDERAL (2004) Planos e Orçamentos Públicos: Conceitos, Elementos Básicos e Resumo dos Projetos de Leis do Plano Plurianual/2004-2007 e do Orçamento/2004. Brasília, Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal
(<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/sistema/CARTILHA2004.pdf>)
- SILVA, A.M. Intermediação Financeira no Brasil: Origens, Estrutura e Problemas. **mimeo** (1979) pg. 29/57
- VARSANO, R. et alii (1998) **Uma Análise da Carga Tributária do Brasil**, Texto para Discussão n. 583- IPEA.
- VELLOSO (2002) "Sem flexibilização do gasto não há sustentabilidade fiscal" **XIV Fórum Nacional**, R.J,
- VELLOSO, R. (2000) "O Ajuste Fiscal: Reduzindo riscos para alcançar o crescimento" in: **Brasil 500 anos: futuro, presente, passado**. (coord.) João Paulo dos Reis Velloso, José Olimpio Editora, R.J.

VELLOSO, R. (2006) Escancarando o problema fiscal: é preciso controlar o gasto não-financeiro obrigatório da União. In: Velloso, J.P.R. (coord) *Por que o Brasil não é um país de alto crescimento?* Fórum Nacional, José Olimpio Editora.